

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: OLHARES SEM FRONTEIRAS

Maria Teresa Santos

msantos@uevora.pt

CIDEUS / Universidade de Évora - Portugal

Maria da Saude Baltazar

baltazar@uevora.pt

CICS.NOVA / Universidade de Évora - Portugal

As transformações do mundo actual, a insegurança face ao futuro e a incapacidade de conter espacial e temporalmente o conjunto de riscos decorrentes do desenvolvimento científico e industrial remetem para o conceito de *modernização reflexiva* (Beck, Giddens e Lash, 2000). A dinâmica da sociedade moderna altera a estrutura de classes e de status, a família nuclear, os papéis sexuais, os padrões industriais, as formas de trabalho, assim como os (pré)requisitos do progresso tecnológico que, para Beck (1992, 2000), podem significar a autodestruição de uma época, onde os indicadores de colapso tal como os de progresso determinam uma nova ordem. Concomitantemente, propõe uma *radicalização da racionalização*, ou seja, com base no conhecimento científico “as sociedades só evoluem tornando-se reflexivas” (1992: 58). Cosmopolitismo que remete para a reinvenção do nexos local/global associada à preocupação crescente com o debate, prevenção e gestão de riscos, a que qualquer sociedade não pode escapar. E esta reflexividade vai despoletar um sentimento de responsabilidade para com as gerações vindouras.

A recusa em associar um olhar fatalista sobre o futuro foi assumida pela Assembleia Geral da ONU (resolução 52/15, de 15 janeiro de 1998)¹, ao proclamar 2000 como o Ano Internacional da Cultura da Paz, e, um ano depois, a correspondente adoção da Declaração e de um Programa de Ação, num forte apelo ao respeito pelos direitos humanos e ao pressuposto de que a violência é evitável. Não obstante o esforço para colocar o foco na palavra “paz” já ter sido apresentado por J. Galtung (1990) aquando da criação, em 1959, do *International Peace Research Institute Oslo* (PRIO), nomeadamente através do compromisso para a construção de um sistema global integrado, no qual assenta uma das suas duas perspetivas epistemológicas e onde as mudanças sociais possam ser alcançadas por meios não violentos, entre as quais as questões de género. Esta dimensão positiva da paz comporta a denominada tríade da violência, que “para lá da violência pessoal ou

¹ E pela resolução 53/25 de 10 de Novembro de 1998, a Década Internacional de uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo durante o período 2001-2010.

directa, existe a violência estrutural², resultante da desigualdade de poder e da injustiça social. E ainda a violência cultural³, aquela que se traduz no sistema de normas e comportamentos que legitimam socialmente as duas anteriores” (Pureza, 2000: 38 e 39). O fortalecimento da paz universal, pela concretização dos direitos humanos a todos e a persecução da igualdade de género, *empowerment das mulheres e meninas e a eliminação das formas de discriminação e violência contra as mulheres, quer seja na esfera pública ou privada*, é uma das componentes estratégicas da Agenda Global de Desenvolvimento 2030⁴ ao invocar uma parceria colaborativa entre países.

Não obstante os avanços já alcançados, em muitos países as mulheres continuam a enfrentar fortes restrições ao nível da segurança pessoal, inclusão política e social e da sua proteção legal. Pelo que é da maior relevância dispor-se de metodologias para mensuração do nível de bem-estar das mulheres e sua capacidade de *empowerment* nos seus lares, comunidades e sociedades de forma mais abrangente. Uma das mais recentes medidas é o *Global Women, Peace and Security Index (WPS)*⁵, que parte do pressuposto que os países serão mais prósperos e pacíficos quando as mulheres tiverem os mesmos direitos e oportunidades que os homens, e inclui 11 indicadores agregados em 3 dimensões: a inclusão, justiça e segurança. O índice inclui, para 153 países, a forma mais comum de violência vivenciada por mulheres de todo o mundo que é a violência praticada pelo parceiro, quer seja em contexto de conflito ou de paz. De igual modo, integra a segurança na comunidade e a violência organizada. A educação, independência financeira, emprego, representação parlamentar assim como a descriminação legislativa e normativa correspondem também a outros indicadores calculados. Os resultados do WPS Index ilustram bem o potencial das conquistas já alcançadas mas também as maiores debilidades ainda existentes que requerem atenção e a adoção de estratégias de intervenção para enfrentar a violência, injustiça e exclusão sobre muitas mulheres e meninas em todo o mundo.

Todo este contexto interpela e impõe-se como estímulo e inspiração para a investigação e a promoção de encontros. Foi inspiradas na convicção que o conhecimento sobre a realidade não mede apenas o progresso mas também o inspira, que organizámos um Colóquio Internacional intitulado “*Violência doméstica: olhares sem fronteiras*”, nos dias 13 e 14 de outubro de 2017, na

² Johan Galtung, em 1969, propõe o conceito de violência estrutural a partir do qual remete para um tipo de violência quase sempre latente, invisível ou disfarçada.

³ No início dos anos 1990, Johan Galtung constata que algumas dimensões simbólicas da existência humana - tais como arte, ciência, linguagem, ideologia, religião, entre outras – tendem a reforçar as manifestações diretas e estruturais da violência, conferindo-lhe legitimidade ou fazendo com que elas sejam consideradas corretas (ou pelo menos não sancionadas) pela sociedade.

⁴ Declaração assinada por chefes de Estado e de Governo e altos representantes reunidos na sede da ONU, de 25 a 27 de setembro de 2015.

⁵ Resulta da parceria entre Georgetown Institute for Women, Peace and Security e Peace Research Institute Oslo, foi apresentado em 2017 e será atualizado em cada 2 anos. Para mais informações aceder a <https://giwps.georgetown.edu/the-index/> [15/06/2019].

Universidade de Évora (Portugal)⁶. Colocámo-nos assumidamente num campo multidisciplinar para acolher contributos variados e alargar a compreensão de um fenómeno social persistente e transversal que não tem fronteiras. Também partimos do pressuposto que, em face do fenómeno, a academia não pode arrogar para si própria uma posição de neutralidade, sobretudo em relação à comunidade em que se circunscreve, nem, na perspectiva oposta, a comunidade deve desconhecer a atividade letiva e investigativa que na academia se desenvolve. Foi neste espírito de abertura recíproca que se avançou com o referido colóquio, dando a conhecer trabalhos nacionais e internacionais sobre a violência doméstica, abordando narrativas sobre o concreto e o limite da vulnerabilidade das vítimas e valorizando a configuração de vias de aproximação pessoal e intervenção social. Deste colóquio saiu o desafio para colaborar na edição da revista *Cuestiones de Género*, que amavelmente nos foi dirigido por Ana Blanco García. Manteve-se o mesmo espírito não reducionista capaz de incorporar os muitos tópicos das questões de género.

Nas últimas décadas, o fenómeno social da violência interpessoal em função do género tem ganhado evidência, revelado variedade de manifestações e alargado a sua margem semântica. A violência de género está associada a conceitos próximos como violência contra as mulheres, violência doméstica e violência marital que, apesar da distinta amplitude, expressam a mesma intenção de legibilidade dum fenómeno complexo quer pela penumbra social que o envolve quer pela diversidade das situações, dos modos de conflito e níveis de afectação. A especificação contida em cada conceito visa refractar melhor a manifestação do fenómeno, captando-o em diferentes meios. Todavia tal especificação é ainda insuficiente e tem, como Dekeseredy e Schwartz advertem (2010: 9), de superar o binarismo sexual e o estereotipo ‘homem-vitimizador e mulher-vítima’, a fim de incluir todas as situações sem privilegiar uns e culpar outros. Questiona-se assim por que razão se insiste em usar uma linguagem que coloca o princípio de responsabilidade ética nos homens, quando as mulheres também são violentas, seja para com as companheiras, no quadro das relações lésbicas, seja para com os companheiros. Propõe-se, em oposição ao tradicional dualismo, a adopção de uma linguagem com termos de género neutros: “There are also anti-feminist organizations (e.g., fathers’ rights groups), politicians, journalists, and researchers that push for the use of gender-neutral language; they repeatedly claim that women are as violent as men. They do not just advocate more attention to male victims (they usually ignore same sex victims after claiming that abuse in lesbian couples proves women are just as violent as men)” (Dekeseredy, Schwartz, 2010: 9). Não vamos aqui discutir – mas a discussão é pertinente – se a neutralidade garante o máximo de especificação e compreensão que a diversidade de situações de violência oferece ou se a neutralidade suscita o ostensivo indiferentismo do fenómeno que prejudica as mulheres e delegitima a compreensão herdada pelos movimentos feministas. Porém, a adopção

⁶ Iniciativa Organizada em parceria com os Departamentos de Sociologia e Filosofia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Escola de Artes, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora) e do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora | Portugal.

duma linguagem neutra torna menos visível o factor quantitativo da violência, pois o número de mulheres vítimas é maior que o de homens vítimas, e ainda ignora o enraizamento sociocultural da violência que normaliza o domínio, real e simbólico, dos homens sobre as mulheres. Estes diferentes enfoques de análise sinalizam a problematicidade das questões de género e deixam antever a existência de uma plataforma de estudos plurais e polémicos, muitos optando pela desconstrução. A historiadora Geneviève Fraisse (2014) enveredou pela desconstrução sistemática das categorias em torno do género, da identidade e dos papéis, sendo referência o livro *Les excès du genre. Concept, image, nudité*. Com uma posição bem distinta, o jurista Drieu Godefridi (2013) empenhou-se em desconstruir a teoria do género de Judith Butler ao considerar que a negação da naturalidade da ‘normalidade’ não só configura violência contra os homens por lhes anular a identidade, como também destrói o sistema normativo e os seus princípios jurídicos. De facto, Dekeseredy e Schwartz (2010: 10) insistem nisso, não há referências teóricas exclusivas e definitivas para abordagem analítica da sistemática do quadro de violência: “In one of the most comprehensive reviews of the theoretical literature on violence against women, Lewis Okun (1986) pointed out at least 20 distinct theories of either family violence, woman abuse, or other types of violence in conjugal relationships”. Ora os textos reunidos neste número da revista confirmam que a compreensão da complexidade do fenómeno da violência – multimodal, persistente, transversal e transfronteiriço –, busca várias teorias e apoia-se em várias metodologias. Em vez de um paradigma investigativo polivalente, encontram-se procedimentos investigativos ajustados aos assuntos em estudo e às áreas de ancoragem epistemológica. Tal variedade teórica e metodológica não representa dispersão textual, mas um enriquecimento que amplia o conhecimento a partir de distintas abordagens de estudos sobre as mulheres. Há, na heterogeneidade textual, pressupostos essenciais comuns que destacamos: a necessidade de dar visibilidade a um fenómeno que tem perdurado na penumbra e que urge descortinar como se instala e é vivenciado; o compromisso em denunciar situações que constituem uma ameaça ao *bem-estar e à saúde humana, significando um movimento de reversão nos Direitos Humanos, os quais constituem uma das últimas linhas de defesa contra a barbárie* (Soromenho Marques, 1996); finalmente, o esforço de entranhar as questões de género nos discursos públicos, políticos e académicos. No seu conjunto os textos revelam que, não obstante persistirem resistências, há um crescendo de consciencialização da qual tem procedido positivamente a revisão de teorias, de quadros legislativos, de medidas penais e de práticas assistenciais.

O presente número temático da revista *Cuestiones de Género* sobre “**Violência contra as mulheres: olhares sem fronteiras**”, apelou à submissão de artigos que propusessem o reforço de boas práticas sociais e políticas de índole humanista, bem como narrativas sobre experiências reais e o limite da vulnerabilidade das vítimas de violência de género. As linhas temáticas respeitavam os seguintes objetivos: 1. Partilhar investigações e resultados sobre a violência contra as mulheres que aprofundem causas, manifestações e dimensões; 2. Refletir articuladamente, e num quadro diacrónico e multidisciplinar, sobre o contexto do fenómeno e a sua expressão comunitária; 3.

Contribuir para a consistência de medidas legais, políticas educativas e intervenções sociais que não só cuidem das vítimas de violência de género, como também evitem esta prática.

Em resposta à *call for papers*, este número temático estrutura-se em duas partes: uma primeira que corresponde à Secção Monográfica, onde se integram artigos por convite; uma segunda, composta pelos artigos que compõem a rubrica Tribuna Aberta e ainda Recensões Críticas. Foram endereçados dois convites. O primeiro texto intitulado “Violência doméstica, binómio cultural honra-vergonha e controlo de mulheres: uma análise de procesos de (pós)divórcio”, de **Manuel Carlos Silva**, aborda o binómio honra-vergonha na esfera axiológica e cultural a partir de um conjunto volumoso de processos jurídicos e entrevistas. Trata-se de um texto de grande abrangência e profundidade teórica que toma uma perspectiva interdisciplinar sobre a dimensão subjetiva e vivencial da violência doméstica. O segundo texto integrado nesta rubrica reconhece que a igualdade de género e a cidadania inclusiva encontram na educação a plataforma de suporte para a formação e reorientação do pensamento e acção na leitura da realidade. Assumindo a prioridade global desta matéria, **Clarinda Pomar, Ângela Balça, Olga Magalhães e Maria Antónia Fialho Conde** e elaboraram um programa europeu de sensibilização das crianças para as questões de desigualdade com vista à divulgação de boas práticas preventivas da violência de género. É indiscutível a sua utilidade para professores e educadores.

O outro conjunto de artigos inseridos na Secção Monográfica remete para uma expressiva diversidade de perspectivas de análise em torno da violência contra as mulheres, evidenciando olhares sem fronteiras, de natureza teórico-conceituais, metodológica ou territorial. Os quatro artigos que se reportam à violência contra as mulheres e de género são: “La comprensión de la violencia de género como injusticia estructural”, da autoria de **Rubén Merino Obregón**; “Medios, género y delito: tramas y sentidos sobre violencia contra las mujeres”, de **Ana Soledad Gil, Esteban Zunino, Jimena Marín, Valeria Hasan, Tatiana Pizarro, Daniela Pessolano, Brenda Di Paolo, Ivana Judith Ilardo, Julia López e Mariano Fiochetta**; “Cibermisoginia en las redes sociodigitales: claves para el análisis desde la masculinidad”, de **Claudia Pedraza Bacio**; “Masculinización de las mujeres en la sociedad moderna: Más allá del equilibrio”, de **Gladis Proaño Reys**. Com abordagens do global para o local, remetem para modelos de injustiças estruturais, para a espetacularidade dos delitos policiais nos meios de comunicação social, para as redes sociodigitais como demonstração de normalização de violência de género e, ainda, para os estereótipos de género e a situação de vulnerabilidade das vítimas. Seguem-se estudos de caso em territórios da América Latina, nos quais as formas de violência emergem face a distintos contextos de trabalho e se identificam redes de apoio às vítimas e alterações do quadro normativo. A persistência da violência contra as mulheres e a sua tendência para uma certa normalização profissional, nomeadamente em contexto universitário e em populações mais vulneráveis, subjaz ao quadro analítico de **Alma Soberano Serrano e Sheila Delhumeau Rivera** em “Measuring the perception of violence against women at UABC Law School, Campus Valle Dorado”. O quotidiano universitário também é estudado por **María Briseño Maas e Iván Juárez López** em “La

racionalidade detrás de la violencia contra las mujeres universitarias en México”. **Diana Garcés Amaya** apresenta “Experiencias de mujeres campesinas em el conflicto armado y el desarraigo en Tillavá, Colombia”, onde diferencia experiências de género em situação de guerra a partir de relatos de vida de mulheres camponesas. O trabalho intersectorial nas redes de apoio às mulheres em situação de violência foi analisado por **Carla Hentzschler Penafort, Terezinha Maria Maffioletti e Aida Maris Peres** em “Intersetorialidade na atenção as mulheres em situação de violencia: uma metassíntese”. **Paz Guarderas Albuja, Ana Verdú Delgado, Celsa Carrión Berrú e Lucianne Gordillo Placencia**, em “La reparación en casos de violencia de género en Ecuador. Apuntes preliminares sobre los desafios de los Centros de Atención”, retomam a abordagem sobre redes de apoio a vítimas de violencia e, em complemento, a aplicabilidade e impactos das alterações legislativas no apoio às vitimas, tal como se encontra em “Nominaciones y regulaciones de la violencia de género en Tierra del Fuego”, de **Eliana Debía**. Por sua vez, **Wéllia Pimentel Santos** privilegia a dimensão familiar ao estudar “Del movimiento femenino brasileño a la violencia contra la mujer en el ámbito familiar: datos y definiciones”. Problematizando as dimensões analíticas a partir do corpo das mulheres violentadas até à situação extrema de feminicídio, entendido como o assassinato de mulheres baseado em critérios de desigualdade de género, pode-se destacar um conjunto de trabalhos desenvolvidos em países da América Latina e Europa. A revisão sobre a fenomenologia do corpo da mulher vítima de violencia, discutindo os processos de *embodiment* da violencia e do trauma, é apresentada por **Joana Machorrinho, Guida Veiga, Graça Santos e José Marmeleira**. O assédio sexual e a violencia obstétrica durante parto são desocultados na perspectiva da vulnerabilidade dos direitos das mulheres, respetivamente por **Karin Ramírez Raunigg e Macarena Trujillo Cristoffanini** e por **Marta Busquets Gallego**. O feminicídio é abordado pela complexidade das suas causas, por **Mónica Luna Blanco**, e pelo incipiente diagnóstico que dificulta a definição de políticas públicas de prevenção e de irradicação deste delito com os trabalhos de **Esther Pineda** e ainda das co-autoras **Olivia Aguilar Hernández e Adriana Aguilar Gutiérrez**.

A secção monográfica fica concluída com a inclusão de três análises discursivas, desde um largo espectro para uma menor abrangência, sobre a violencia. **Ana Nenadovic** em “Silenciar la violencia de género en el patriarcado socialista. Una mirada hacia la literatura cubana”, discursa sobre representações da violencia da literatura contemporânea escrita por mulheres, como contra-discurso dos discursos oficiais socialistas em Cuba. O artigo intitulado “La violencia contra la mujer en el teatro de Federico García Lorca”, da autoria de **Mar Gámez García**, convoca à reflexão sobre as causas, manifestações e dimensões da violencia contra as mulheres, quer na sociedade patriarcal da época de García Lorca quer na atualidade. Por sua vez, **Maria Murta** em “Barba Azul e a violencia doméstica: contar ou não às crianças?”, a partir de um conto infantil de Perrault – suporte literário não eticamente neutro –, problematiza a fixação cultural da violencia doméstica.

Os artigos integrados na rubrica *Tribuna Abierta* não se circunscrevem inteiramente à análise do fenómeno da violencia de género e contra as mulheres, mas contribuem igualmente para

aprofundar aspetos pertinentes das questões de género. Os quatro primeiros textos investem na defesa da importância das questões de género nas políticas públicas e do impacto dessas políticas para igualdade de género.

María Nieves Saldanã apresenta o Princípio de Participação, elaborado nos finais dos anos 90 no quadro do direito internacional, e censura a fraca determinação que possui para promover e garantir institucionalmente a igualdade de género. O texto coloca-nos em face da falta de uma posição frontal do Princípio de Participação, o que afecta estratégias e programas operativos. O texto de **Karen Bermúdez Puentes** e **Karen Carreño Segura**, intitulado “Transversalidad de género como modelo de adjudicación de derechos a la mujer indígena en Colombia”, conduz ao problema da avaliação de políticas públicas, nomeadamente implicações administrativas e jurídicas subjacentes, que assumiram a transversalidade de género. Um problema agravado quando se trata de reconhecer as desigualdades de género e promover a inclusão social das mulheres indígenas. **Marlene Vera Gutiérrez** coloca, no título do seu texto, a questão da responsabilidade vinculativa do Estado à política explícita relativamente ao comércio sexual, reconhecido como violação dos direitos humanos e incompatível com a dignidade pessoal. A questão desencadeia uma análise da acção do Estado chileno em políticas públicas de bloqueamento da exploração e do tráfico, e em estratégias de apoio. O texto que se segue, “Movilidad cotidiana y roles de género en una ciudad del Caribe Colombiano” de **Mariem Madera Machado**, dá a conhecer uma investigação que pretende mostrar a relação entre questões de género, mobilidade cidadina e formulação de políticas públicas de equidade, rectificadoras das diferenças significativas nas vidas quotidiana das mulheres.

Duas autoras, **Dora Irizarry Cruz** e **Maidier Moreno García**, debruçam-se sobre as alterações que o colonialismo e o exílio – ambos associados à imposição de políticas autoritárias – provocam na vida das mulheres, desde o âmbito mais restrito ao activismo. Tomando a perspectiva de género, a primeira autora apela às memórias das mulheres viequenses (Porto Rico) e a segunda, às memórias das mulheres brasileiras exiladas em França.

O tema da saúde e bem-estar está presente neste número da revista através de dois textos, um de **Javiera Contreras Tapia** e outro de **Solange Rivera Carrillo**, que permitem questionar a relação da biopolítica com as questões de género. A percepção e construção da imagem corporal por parte de mulheres infectadas com o vírus Papiloma Humano, internadas num hospital de Quito, e as práticas de disciplinamento do corpo de mulheres encerradas na Casa de Orates de Santiago de Chile, levam à reflexão sobre poder e desigualdade. Três textos abordam o tema da educação, incluindo distintos níveis de ensino. Conhecidas as tendências para a segregação horizontal e vertical das mulheres nos diversos grupos profissionais, **Maria Lepe Romero** procura saber junto das mujeres de Autlán Jalisco (México), licenciadas pelo Centro Universitario de la Costa Sur, que impacto teve a educação superior nos seus projectos de vida. **Mateo Primón** tráz os resultados de uma investigação sobre a construção do sujeito em escolas de sexo único situadas na Zona Norte de la Provincia de Buenos Aires, concluindo que nestas instituições de socialização diferenciada se facilita a transmissão de estereótipos. **Ana Vernia Carraso** aborda a diferenciação das práticas

lectivas em função do género, circunscrevendo-se às aulas de música e à desconstrução de ideias feitas. Finalmente, surgem quatro artigos dedicados à análise textual, discursiva e fílmica, meios que formam um ‘locus’ para compreender as representações sociais do feminino, constitutivas das configurações identitárias e corpóreas. **Luis León Prieto** centra-se no livro *Espejismos y La mujer de púrpura*, de Jeanette Winterson (1959) e aponta para a finalidade subversiva e política da imagem e do conceito de beleza na contemporaneidade. **Isadora Francisca Alves Flores** e **João Roberto Barros** elegeram as reportagens “Sedutor e Algoz”, publicadas no jornal carioca *Correio da Manhã*, e sublinha o seu efeito nas construções de género e nas representações femininas no quotidiano das leitoras. **Hugo Perdomo Colina** analisa textos selecionados do periódico *Cromos* (1977 a 2018) e reforça a ideia de que os textos mediáticos projectam modelos de feminilidade que são assimilados e que estão associados aos poder social e político. **Ana Sofia Cardona**, **Victoria Ferrer** e **Eva Cifre Gallego** partem do filme *A tres metros sobre el cielo* e, considerando as estratégias cinematográficas que fazem realçar os mitos românticos, interpelam sobre a interfêrencia desses mitos com os conceitos de feminilidade e sexualidade.

Este número da revista encerra com a rubrica *Reseñas*, preenchida com três trabalhos dispostos por ordem cronológica e centrado no cinema e na literatura. Através do filme *Ágora* (2009), **Alberto D’Ottavio Cattani** apresenta Hipátia, filósofa neoplatónica, dedicada à astronomia e matemática, e vítima da intolerância religiosa e da ambição política. **Lucía Rodríguez Olay** revisita a peça *Anillos para una dama* (1991), de Antonio Gala, para mostrar a transformação da medieval personagem Jimena del Cid em protagonista da liberdade individualista contemporânea dentro dum sistema cultural opressivo. Com **Diana Arauz Mercado** retoma-se a análise crítica de um clássico do cinema para reperspectivar a figura de Jean d’Arc do ponto de vista do género.

BIBLIOGRAFÍA

- Beck, Ulrich (1992): *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony e Lash, Scott (2000): *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora.
- Dekeseredy, Walter e Schwartz, Martin (2010): “Theoretical and definitional issues in violence against women”. En: Renzetti Galtung, Johan (1990): Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, vol.27, nº.3, pp. 291-305.
- Fraisse, Geneviève (2014): *Les excès du genre. Concept, image, nudité*. Lyon: Nouvelles Editions Lignes.
- Galtung, Johan (1990): “Cultural Violence. En: *Journal of Peace Research*, vol. 27, nº. 3, pp. 291-305.
- Godefride, Drieu (2013): *De la violence de genre à la négation du droit*. Lyon: Texquis.
- Marques, Viriato Soromenho (1996): “Direitos humanos. Três questões para uma batalha pelo futuro”. En: *Intervenção Social*, nº. 13/14, dezembro, pp. 13-17.
- Pureza, J. Manuel (2000): “Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz”. En: *Nação e Defesa*, nº. 95/96. Outono-Inverno, 2ª série, pp. 33-42.